



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0007452-48.2011.8.17.0480 (0286107-6)

APELANTE: Maria Lucinalva da Silva

APELADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INVIABILIDADE. DELITO DE TRÁFICO DEVIDAMENTE COMPROVADO. CONDENAÇÃO NO ART. 33 DA LEI 11.343/06 MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 Se as informações policiais, idôneas e contundentes, aliadas às circunstâncias de apreensão (existência de informações anteriores apontando a apelante como traficante, a quantidade da droga apreendida e sua confissão judicial), indicam, estreme de dúvidas, que a apelante praticava mercancia de entorpecentes, impossível a pretendida absolvição.

2. Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0007452-48.2011.8.17.0480 (0286107-6), da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia ____/____/_____, por decisão unânime, em negar provimento ao recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife 26 de maio de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0007452-48.2011.8.17.0480 (0286107-6)

APELANTE: Maria Lucinalva da Silva

APELADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

RELATÓRIO

Maria Lucinalva da Silva, por meio da Defensoria Pública Estadual, recorre da sentença de fls. 122/124v, proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que a condenou à pena de 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão, em regime inicial fechado, cumulada ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, na fração de 1/30 (hum trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por infração ao artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006.

Nas razões de fls. 136/141, o Ilmo. Defensor Público sustenta, em síntese, não existir nos autos prova suficiente para condenação, pugnando pela absolvição da apelante, com base no art. 386, VII, CPP, aplicando-se o princípio do *in dubio pro reo*.

Alega a inexistência de denúncias anteriores no sentido de que a apelante fosse traficante, assim como que as testemunhas arroladas pelo Ministério Público – todas policiais – não presenciaram a mesma comercializando a droga e apresentaram narrações imprecisas e contraditórias.

Às fls. 143/145v, consta as contrarrazões do *Parquet*, pugnando pela manutenção da decisão vergastada.

A douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho, opinou pelo improvido do recurso (fls. 158/159)

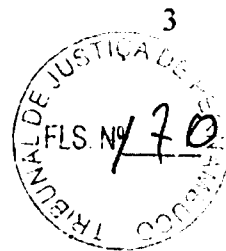
É o relatório. À Douta Revisão.

Recife 29 de fevereiro de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



APELAÇÃO Nº 0007452-48.2011.8.17.0480 (0286107-6)

APELANTE: Maria Lucinalva da Silva

APELADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Conforme relatado, trata-se de recurso de apelação interposto por *Maria Lucinalva da Silva*, por meio da Defensoria Pública Estadual, contra sentença que a condenou à pena de 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão, em regime inicial fechado, cumulada ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, na fração de 1/30 (hum trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por infração ao artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006.

Por meio do presente recurso, visa a Defesa a absolvição da apelante, sob o fundamento de que, em síntese, não consta nos autos prova suficiente para ensejar um decreto condenatório.

Nada obstante, compulsando as provas carreadas aos autos, chego à conclusão de que o presente recurso não merece prosperar.

Segundo consta na denúncia (02/04), *“no dia 23 de junho de 2011, por volta das 11h45min, na residência situada na Rua Ivanildo Cordeiro de Souza, 450, Vassoural, nesta cidade, a denunciada foi presa em flagrante delito por policiais militares, por guardar 32 pedras de ‘crack’ dentro de um pato de pelúcia, as quais se destinavam à comercialização naquela localidade”*.

Relata a inicial acusatória *“que policiais militares receberam informes do Núcleo de Inteligência do Agreste (NIA), de que na localidade acima narrada havia uma mulher comercializando drogas. Constava no informe, que a increpada vendia a droga aos clientes no beco do Salgadinho, próximo ao canal, no bairro Vassoural, que fica bem perto de sua residência.”*

Ainda de acordo com a denúncia, *“policiais militares se dirigiram até o referido beco, onde identificaram a denunciada, que não estava portando droga.*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Ato contínuo, seguiram para a residência da increpada, onde as drogas acima especificadas se encontravam escondidas, dentro de um pato de pelúcia, no guarda-roupa da casa, juntamente com a quantia de R\$ 10,00 (dez reais). Tal quantia, segundo informado pela denunciada, era oriunda da venda de uma pedra de 'crack', naquele dia".

Pois bem.

Conquanto não tenha sido contestada, verifico que a materialidade delitiva restou devidamente comprovada nos autos, estando consubstanciada no auto de apresentação e apreensão (fl. 38), no laudo de constatação preliminar (fl. 44), e no laudo pericial de fls. 102/107, o qual atesta que a substância apreendida tratava-se do entorpecente conhecido como crack.

A autoria é igualmente incontroversa.

Perante a autoridade policial, a ora apelante confessou a propriedade da droga, assim como que a mesma se destinava para o comércio ilegal. Confira-se:

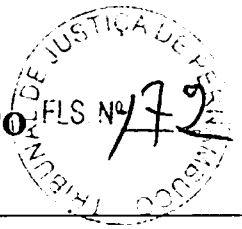
"[...] Que estava no beco da Favela do Salgadinho, perto do canal, por volta das 11h00min, quando foi abordada pela equipe da ROCAN; Que nada foi encontrado com ela, entretanto ela permitiu que os policiais militares fossem até a sua residência, [...]; Que lá foi indagada a respeito da prática de tráfico de entorpecentes e, confessou que comercializava drogas há cerca de 1 mês e 15 dias; Que hoje já havia vendido 01 (uma) pedra de crack e mostrou aos policiais onde estariam mais 32 (trinta e duas) pedras da mesma droga, dentro de um pato de pelúcia, no guarda-roupas, juntamente com a quantia de R\$ 10,00 (dez reais), proveniente da venda de 01 (uma) das pedras de crack: [...]" (fl. 40) Grifei.

Em juízo, contudo, a acusada negou a prática delitiva. Confirmou o fato de a droga ter sido apreendida em sua casa, no interior de um pato de pelúcia, porém negou ser de sua propriedade. Contudo, não soube explicar como a droga foi parar em sua residência, já que no local moravam apenas a ora apelante e seus quatro filhos, de dez, nove, seis e cinco anos de idade (conforme DVD acostado à fl. 98v).

Nada obstante, a negativa de autoria sustentada pela recorrente em juízo mostra-se totalmente isolada nos autos, não sendo suficiente para elidir todo o acervo probatório que pesa em desfavor da mesma.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Diferente do que aduzia a Defesa, os policiais que efetuaram a prisão em flagrante da acusado, quando ouvidos em juízo na condição de testemunhas arroladas pelo Ministério Público, apresentaram declarações firmes e coerentes, confirmando, sob o crivo no contraditório, as informações constantes no caderno investigativo (conforme DVD acostado à fl. 98v).

Referidas testemunhas declararam que a prisão da apelante teve origem em informações prestadas pelo serviço reservado da polícia - Núcleo de Inteligência do Agreste (NIA), que apontou as características de uma mulher (cor de pele, cabelos e vestimentas) que estava comercializando entorpecentes na localidade descrita na denúncia.

Segundo os policiais, ao chegarem ao local indicado, encontraram a ora apelante, cujas características coincidiam com aquelas apontadas pelo Núcleo de Inteligência. Na oportunidade, a acusada não estava com a droga, porém a mesma permitiu que os policiais realizassem uma busca em sua residência, quando, diante das circunstâncias, percebendo que seria descoberta, resolveu confessar o crime, indicando onde estava escondida a droga.

Portando, não há que se falar em narrações imprecisas e contraditórias, como afirmou a Defesa. Ao contrário, as declarações das testemunhas arroladas pelo Ministério Público mostram-se claras e precisas, confirmando, em juízo, a existência do crime e autoria atribuída à ora apelante.

A propósito, vale salientar que o fato de a prova testemunhal ser composta basicamente por depoimentos prestados pelos policiais que participaram da prisão da apelante não diminui o valor probante de ditas declarações, pois os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigatória tenham participado, no exercício de suas funções, bem como prestam compromisso como quaisquer outras testemunhas. Caso houvesse algum fato que os tornassem impedidos ou suspeitos, caberia à defesa tê-lo arguido no momento oportuno, o que não foi feito.

Por esta razão, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ***“o depoimento de policiais constitui meio de prova idôneo a dar azo à condenação, principalmente quando corroborada em juízo”*** (HC 177.980/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/08/2011).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Lado outro, a Defesa não arrolou testemunhas, deixando, assim, de produzir qualquer prova que pudesse corroborar a negativa sustentada pela acusada, de modo que, como já afirmado, a versão por ela apresentada encontra-se isolada nos autos, não sendo, portanto, suficiente para dirimir todo o acervo probatório que pesa em desfavor da mesma.

Não bastasse, como é sabido, o delito de tráfico ilícito de entorpecentes, previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06, é de ação múltipla ou conteúdo variado, pois apresenta várias formas da violação da mesma proibição, bastando para a prática do crime uma das hipóteses nele previstas.

Por isso, diferente do que alega a Defesa, para que reste configurado o crime de tráfico é prescindível a prova flagrancial do comércio, bastando que a conduta do agente se subsuma em um dos verbos do tipo legal, no caso, na modalidade “guardar”.

Destarte, percebe-se que o conjunto probatório – a existência de informações anteriores apontando a acusado como traficante, a quantidade da droga apreendida e sua confissão extrajudicial, respaldada pela prova testemunhal produzida em juízo sob o crivo do contraditório - não abre espaço para incertezas quanto à prática da mercancia na hipótese em comento.

Assim, comprovada a materialidade e a autoria do tráfico, a manutenção da condenação da apelante *Maria Lucinalva da Silva* pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06 é medida de rigor.

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento a presente recurso**, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

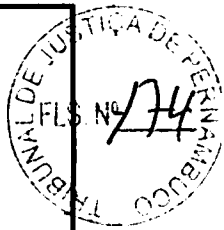
Após transito em julgado, expeça-se mandado de prisão.

Recife 26 de maio de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



APELAÇÃO CRIME: Nº 286107-6 (0007452-48.2011.8.17.0480)
COMARCA DE ORIGEM: Caruaru – 1ª Vara Criminal
APELANTE: **MARIA LUCINALVA DA SILVA**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Apelação Criminal interposta pela Defensoria Pública Estadual em favor de **MARIA LUCINALVA DA SILVA** contra a sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Caruaru, que a condenou pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 (fls. 122/124).

Aduz a Defesa que a prova levantada é insuficiente para alimentar o decreto condenatório, devendo a apelante ser absolvida por falta de provas (fls. 137/141).

Em contrarrazões, o órgão ministerial argumenta que a condenação teve por base as provas e depoimentos colhidos na instrução criminal, as quais demonstraram que a droga apreendida com a apelante se destinava ao tráfico (fls. 143/145).

O parecer da Procuradoria de Justiça é pelo improvimento do apelo, mantendo-se a reprimenda pela prática da conduta típica do art. 33 da Lei 11.343/06 nos termos fixados na sentença (fls. 158/159).

É o sucinto relatório.

DECIDO.

A materialidade delitiva restou configurada pelo Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 12), Laudo de Constatação (fls. 18) e pelo Laudo de Perícia físico-química (fls. 104/107).

No que tange a autoria, objeto de irresignação defensiva, colho nos autos que policiais militares receberam informações do Núcleo de Inteligência do Agreste



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



(NIA), dando conta que uma mulher estava comercializando drogas no beco do Salgadinho, no bairro Vassoural, em Caruaru.

No dia 23/06/2011, por volta das 11h45, em diligência, os policiais foram até o local informado e identificaram a denunciada, seguindo-a até sua residência, que ficava próxima ao beco. Ato contínuo, fizeram a abordagem e a vistoria no imóvel, sendo encontradas 32 (trinta e duas) pedras de crack escondidas dentro de um pato de pelúcia, e a quantia de R\$ 10,00 (dez reais).

Ao ser ouvida na Delegacia, a apelante declarou que vendia drogas naquela localidade há cerca de 01 (um) mês, e que a comprava na feira do troca de Caruaru.

Em Juízo, negou a prática do tráfico, mas não deu qualquer explicação para o fato da droga ter sido apreendida em sua residência, onde mora sozinha com quatro filhos menores (fls. 112/113).

Os depoimentos dos agentes policiais são contundentes, e conduzem a certeza da autoria delitiva. Não foi apontado objetivamente nenhum elemento que pudesse afastar a credibilidade deles.

Não é de se olvidar que a jurisprudência pátria é amplamente majoritária no sentido de que o testemunho de policiais é meio probatório válido para fundamentar a condenação, conforme se depreende do seguinte aresto:

(...) "2. O depoimento de policiais pode servir de referência ao juiz na verificação da materialidade e autoria delitivas, podendo funcionar como meio probatório válido para fundamentar a condenação, mormente quando colhido em juízo, com a observância do contraditório". (...) (HC 55.021/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 03.08.2006, DJ 04.09.2006 p. 306).

"PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS QUE EFETUARAM O FLAGRANTE. HARMONIA COM OUTRAS PROVAS. SUFICIÊNCIA PARA A CONDENAÇÃO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. É suficiente e apto a gerar condenação um conjunto probatório em que concorrem os depoimentos coerentes e harmônicos dos policiais que empreenderam as campanhas e a prisão em flagrante dos réus, com apreensão de razoável quantidade de droga e outros objetos relacionados ao tráfico". (...) (TJDF - AC 2245847, Rel. Edson Alfredo Smariotto, 1ª Turma Criminal, julgado em 18/08/2005, DJ 21/09/2005, p.114)

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PROVA INEQUÍVOCA. REDUÇÃO DA PENA. MÍNIMO LEGAL. REINCIDÊNCIA E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO COMPROVADAS. - A apreensão, na residência do réu, de substância entorpecente, bem como de quantia em espécie, da balança de precisão e de outros objetos indicativos da prática do comércio ilícito constituem elementos probatórios suficientes para

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



embasar a condenação do réu por tráfico de entorpecentes. (TJDF - AC 130096, Rel. Aparecida Fernandes, 2ª Turma Criminal, julgado em 29/06/2000, DJ 18/10/2000, p. 36)

Na hipótese, não há dúvidas quanto à destinação ilícita da substância entorpecente apreendida, configurando-se o delito descrito no art. 33 da Lei n.º 11.343/06.

Com esses fundamentos, afasto a pretensão absolutória da apelante. Assim sendo, por todo o exposto, **voto pelo improvimento do apelo.**

Recife, 26⁰³ de fevereiro de 2013

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS
Revisor